

Proposta de Reforma Tributária ameaça Seguridade Social e amplia desproteção social!

Avança no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/2008, com proposta de reforma tributária. A reforma trazida por esta PEC, porém, não é aquela defendida pela AMB e outros movimentos sociais como medida fundamental para a redistribuição da riqueza no País.

A proposta do Governo não toca no coração do problema tributário no Brasil: sua regressividade, hoje um dos principais mecanismos que mantém e reproduzem a concentração da riqueza no Brasil. No sistema regressivo, é a população mais pobre aquela que paga mais tributos, enquanto os mais ricos pagam menos. No atual sistema, as famílias que ganham até 2 salários mínimos gastam 46% de sua renda com tributos indiretos (consumo); enquanto a população com renda superior a 30 salários mínimos, pagam em torno de 16% (INESC, 2008). Cerca de 51% da tributação pesa sobre o consumo; 39% sobre a renda e apenas 0,06% sobre patrimônio, tributação praticamente irrisória (INESC, 2008).

A reforma tributária realmente necessária e justa no Brasil deve enfrentar esses problemas e construir um sistema progressivo, capaz de redistribuir a riqueza socialmente produzida, taxando mais o grande capital e ampliando as bases de financiamento das políticas sociais.

O desmantelamento do financiamento da Seguridade Social significa continuidade da situação de desproteção social de nós mulheres; a precarização do SUS; menos políticas de apoio à reprodução social, como creches, pré-escolas e, portanto, manutenção da sobrecarga de nós mulheres, que arcamos com a falta destas políticas em nosso cotidiano.

Para enfrentar, organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizará um Movimento em Defesa dos Direitos Sociais ameaçados na Reforma Tributária. Para saber mais, acesse o link: <http://www.direitosociais.org.br/movimento.php>

No dia 31 de março, em Brasília, será realizada uma Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir os impactos da Reforma Tributária (PEC 233/2008) na Seguridade Social.

Veja mais na seção CONtextos.

Movimentos de Mulheres debatem Reforma Tributária

A AMB, a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD, o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, a Campanha pela Aposentadoria das Donas de Casa, a Marcha Mundial de Mulheres - MMM e demais movimentos que impulsionam o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social - FIPSS realizou em Santa Catarina, nos dias 12, 13 e 14 de março, um seminário regional sobre a desproteção social do trabalho das mulheres e a Seguridade Social.

O debate focou o contexto da defesa da seguridade social, com as ameaças trazidas pela reforma tributária. Foram propostas ações de mobilização na semana do 27 de abril a 1 de maio e durante a realização da Conferência Mundial de Seguridade Social, que acontecerá no Brasil, em novembro deste ano.

O seminário aconteceu na sede da Federação de Trabalhadoras da Indústria de Santa Catarina - FETIESC e participaram também representantes de comunidades quilombolas e indígenas do Estado de Santa Catarina.

Março, mês de reafirmar a luta das mulheres

O Coletivo de Mulheres do Calafate, da Bahia, promove neste sábado, 28, "Gráfica no Calafate", onde mulheres da comunidade irão expressar os seus sentimentos em relação à violência doméstica. A atividade tem a intenção de fortalecer a auto-estima das mulheres para saírem do ciclo de violência. O Coletivo de Mulheres do Calafate é uma organização comunitária feminista que há 16 anos atua na comunidade do Calafate, e sua principal ação é no campo da violência contra as mulheres.

Em Belo Horizonte (MG), as mulheres realizaram um ato público do 08 de março, e ainda este mês realiza um debate em uma faculdade de direito da cidade.

Entre as atividades que marcam o 08 de março como dia de luta, o Núcleo de Mulheres de Numur (RR) realizou uma mesa redonda na Universidade Estadual, sobre direitos reprodutivos e a questão do aborto. Além de discutir a conjuntura atual, também iniciou o debate sobre a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto, e sua construção nos estados. O encontro contou com a participação do Ministério Público Estadual. As militantes do Numur também fizeram panfletagem sobre a mercantilização no centro comercial de Boa Vista, no terminal de ônibus e na feira do produtor.

Em Mato Grosso o movimento fez várias atividades: uma passeata em Cuiabá, reunião ampliada, oficinas sobre a Lei Maria da Penha e a descriminalização do aborto, entre outras.

O Fórum de Mulheres de Imperatriz (MA) realizou um ato público para chamar atenção do Poder Legislativo e do Executivo para políticas públicas que mudem a realidade das mulheres no Estado. Além disso, promoveu um encontro de mulheres encarceradas, um seminário com as mulheres indígenas e oficinas sobre a Lei Maria da Penha.

Articulando Eletronicamente Ano VII nº 189 27 Março 2009 **Coordenação editorial:** Secretaria Executiva da AMB
Textos: Emanuela Castro, Silvia Camurça, Paula de Andrade e Verônica Ferreira. Edição: Emanuela Castro
Contato: amb@articulacaodemulheres.org.br /
PRODUZIDO EM SOFTWARE LIVRE

Pela Legalização do aborto

Este mês a Comissão de Ética no PT esteve reunida para avaliar as ações do deputado Luiz Bassuma (BA), que apresentou Projeto de Lei (PL 478/2007), com o objetivo de transformar o aborto em crime hediondo e proibi-lo mesmo em caso de estupro.

O movimento feminista brasileiro continua mobilizado para o envio de mensagens à presidência e à ouvidoria do PT solicitando que Bassuma seja expulso do partido por perseguir as mulheres que praticam aborto, violando as diretrizes do PT definidas em encontro nacional.

A decisão da Comissão de Ética será em breve enviada ao Diretorio Nacional, por isso devemos continuar enviando mensagens para: presidencia@pt.org.br; sng@pt.org.br; ouvidoria@pt.org.br; com cópias para: mulheres@pt.org.br; rogeriapeixinho@gmail.com e expressaofeminista.pt@gmail.com.

LGBT avança em Ação Civil Pública no Piauí

Este mês (18), o Ministério Público Federal do Piauí ajuizou uma Ação Civil Pública na Justiça Federal da 1ª Região, para que a união estável de pessoas do mesmo sexo tenham o direito de incluir seu(a) companheiro(a) como dependente para Declaração de Imposto de Renda.

A Ação Civil Pública é resultado de uma representação feita pelo Grupo Matizes, no dia 05 de março de 2009. A decisão da Receita Federal do Brasil em negar esse direito às pessoas LGBTs, fere a Constituição Federal, do Art.150, que proíbe as instituições públicas de instituir tratamento desigual entre contribuintes.

Além de obrigar a pagar mais impostos, a não inclusão do parceiro(a) no Imposto de Renda constitui um flagrante desrespeito aos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não-discriminação.

Seção CONTEXTOS

Manifesto em Defesa dos Direitos Sociais Básicos sob Ameaça na Reforma Tributária - Este mês, representantes de 60 entidades da sociedade civil escreveram o manifesto sobre a Reforma Tributária quando a PEC – nº 233/2008 foi apresentada ao Congresso (nota nesta edição). As organizações são favoráveis à mudança do sistema de impostos mas alegam que da forma como está o texto da reforma são extintas as conquistas das contribuições sociais, da Constituição de 88. [Arquivo em anexo]

Para saber mais sobre as ameaças da Reforma Tributária leia a **Nota Técnica da INESC** - Reforma Tributária desmonta financiamento das políticas sociais em pdf. [Arquivo em anexo]